Dr. PEDRO A. PINTO
Professôr Catedratico na Faculdade de Medicina do Rio

O Sr. D. Pedro II

(Breve apreciação historica)

RIO DE JANEIRO
Typ. Revista dos Tribunaes — Carmo, 55
1921

Dr. PEDRO A. PINTO
Professôr Catedratico na Faculdade de Medicina do Rio

O Sr. D. Pedro II

(Breve apreciação historica)

RIO DE JANEIRO
Typ. Revista dos Tribunaes — Carmo, 55
1921

Ao meu prezado colega
João Marinho
Affectuosamente
J. P. A. Pinto

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

10-1-921

O Sr. Pedro II

Em sessão de 31-12-920 propos o Sr. Director fosse nomeada uma comissão para representar a Faculdade nos funeraes do ex imperador.

Tentei justificar o meu voto com as seguintes palavras, que são impressas, visto como nem todas poderam ser pronunciadas. Creio que não interessa divulgar o motivo porque não me foi dado pronunciar o meu breve discurso, honestamente estudado e meditado.

Rio, 1-1-921.

Pedro A. Pinto

Sr. Dr. Director

Deve o animo liberal de V. S. tolerar que eu quebre a unanimidade e vote contra a proposta que acaba de ser feita. Motivos enraizados na consciencia obrigam-me a assim proceder e, como satisfação que dou aos meus colegas, passo a justificar o meu voto.

Creio que ha exageração nos elogios que se fazem hoje ao Sr. Pedro de Alcantara, como exageração houve quando, até 89, era ele duramente ridicularizado. Querem sublima-lo hoje á altura de estadista, cemparam-no com tipos eminentes, com a mesma injustiça que, em oitenta e tantos, era pintado, por Angelo Agostini, com o feitio de um môno coroado.

O estudo relativamente longo que fiz da historia do segundo reinado, deu-me a convicção de que o maior elogio que se pode fazer ao 2º imperadôr, é chama-lo de mediocre; mediocre como homem publico, mediocre como homem na vida intima, mediocre no tocante ás cousas de estetica, mediocre no que tange a concepções scientificas: Note-se que, a meu vêr, em tal julgamento,

ha excêsso de benevolencia. O ser sempre facil e agradavel louvar o passado, *laudator temporis acti*, faz que sejam atribuidos ao imperadôr actos que não praticou, sentimentos que não teve, e isso, casado com o espirito de oposição ao governo, existente em nossa terra, leva grande massa de cidadãos a exaltar a honestidade administrativa do imperio, deprimindo, implicita ou explicitamente, a administração republicana.

Não é azado o momento para larga demonstração. Mas, em livro, no qual ando a trabalhar, demonstrarei que todos os vicios e defeitos, apontados na administração publica, existiam no segundo imperio e que quasi todos, sinão todos, tinham a mesma raiz — a escravidão. Taes vicios, em que pese a opinião dos sebastianistas, têm diminuido consideravelmente e tendem a desaparecer, á medida que surge a nova geração que não têve a infelicidade de presenciar as scenas do cativeiro.

Os meios de publicidade, hoje muito aumentados, concorrem para a divulgação de factos em aparencia graves, mas desprovidos de importancia, si convenientemente examinados. Imaginemos que barulho não se faria hoje si se desse caso semelhante ao do contrabando das *popelines*.

O severo professôr de historia, Joaquim Manoel de Macêdo, em mais de um livro, como nas «Memorias do sobrinho do meu tio», em tom ironico, porém na essencia verdadeiro, nos mostra o que foi a decantada administração publica, como se elegiam os deputados, como se alcançavam os cargos de governadôres das provincias, como se votavam verbas estapafurdias no Congresso, como se faziam os celebres concursos, tão gabados hoje, chegando-se a citar, como exemplo de probidade imperial, a nomeação de um adversario da corôa, para certo logar que, de acôrdo com a justiça, seria de um amigo do trôno. No referente a concursos, a julgar pela nossa Escola, foi grande o progresso realizado. Compendiarei provas que mostrem que o imperador

rador intervinha desabusadamente, ora em favor de candidatos do paço, ora contra seus desafectos.

Hoje, o mais prestigiado presidente da Republica não tem força que chegue para modificar o julgamento de concurso em nossa Escola. Sei que muita gente pessimista propala que aqui votamos segundo os desejos do governo. Mas, já me foi dado julgar varios concursos e o fiz com absoluta liberdade e tenho motivos para crêr que de modo igual procedam todos os meus colegas.

— Fui, na meninice, entusiasta do Sr. D. Pedro II, entusiasmo ardorôso que conservei enquanto li apenas as obras onde se dizia que era ele justo, sabio, patriota, cavalheiro, liberal...

Quando, aprofundando estudos, tive de lêr trabalhos diferentes daqueles que, antes de publicados, eram lidos nos serões de S. Cristovam, quando tive de lêr anaes do parlamento, falas do trôno, correspondencias, notas diplomaticas, documentos, em suma, que não podiam ser alterados ao sabôr dos interessados, adquiri convicção oposta á que trazia da puericia.

Tive noticia, por exemplo, lendo as correspondencias, das umilhações que sofreu o nosso patricio encarregado de obter, na Europa, a mão de uma princeza para o imperadôr e vi como foi mal julgado o seu sacrificio. Corrido das côrtes europeas, quasi escurraçado da austriaca, onde sofreu mil vexames, logrou, a custa de muita habilidade, negociar a mão de uma princêza de Bourbon, berço de Napoles, D. Tereza Cristina Maria.

Não teve o Sr. Pedro II o cavalheirismo bastante para ocúltar a decepção que lhe causou o ser fisicamente defeituosa a imperatriz e manifestou o seu aborrecimento na mesma hora em que a infeliz princêza pisava a terra de nossa patria. A leitura de obras insuspeitas, como, por exemplo, a autobiografia de C. Ottoni, mostra que ao imperadôr não foi dado compreender que a grandeza moral de sua Espôza, farta e sobejamente compensava o não ser ela tipo de beleza e ser alcijada.

Dos que ora me ouvem, muitos foram contempora-

neos e sabem que o monarca não ligava importancia de nenhuma ordem á sua augusta consorte. Si fosse de mistér provas, bastava a leitura de uma pagina do Sr. Affonso Celso, onde este repete a palestra que teve com o recêm viuvo, quasi na hora em que acabava de expirar a companheira de meio seculo de vida. Passo para aqui as palavras que recopio do *Imperadôr no Exilio*, pags. 23 e 24, edição da Livraria Alves: «Então, com estranha vivacidade, poz-se a fallar da litteratura, revelando a proposito do poema florentino, rara e vasta erudição»... «E, mudando de assumpto discorreu sobre varias materias, enumerando as curiosidades do Porto, indicando-nos o que de preferencia deveriamos visitar. Não alludiu uma unica vez á Imperatriz. Só quando, ao cabo de meia hora, nos retiravamos, observou baixinho: A camara mortuaria é aqui ao lado».

Será preciso dizer mais para provar que tal homem não tinha coração e que ligava á Imperatriz menos importancia que qualquer de nós liga a um simples conhecido de rua?

Morta, ao lado, uma santa e meiga companheira de 46 anos de vida, e o imperadôr, como sempre, frivolamente, discursava de cousas pequenas, campava de erudito e de esteta, num momento em que qualquer homem de coração comum, embora pedante, não teria desejos de pedantear e curtiria a mais acerba dôr.

Não comporta esta simples declaração de voto desenvolvimento e demonstrações de enunciados.

Em ocasião mais propicia, espero patentear, a quem desconhecer, que foi o Sr. Pedro II homem incapaz de afectos duradoiros e verdadeiros, e que, muitas vezes, procurou desconsiderar os vultos mais notaveis de nossa politica, como Antonio Carlos, Theophilo Ottoni, Paraná e outros.

No dia em que o Marquês de Paraná, que tão grandes serviços prestou ao monarca, jazia numa eça mortuaria, Pedro II assistiu a um espectaculo festivo no teatro Li i o

Imprevidente e septico, num paiz oficialmente catolico e onde toda a massa femina praticava esse culto tiranica e impoliticamente arrastou ao calabouço dois membros eminentes da Igreja, sem perceber que golpéava fundo e forte a liberdade espiritual e a consciencia da nação, ou, pelo menos, da parte feminina, a mais digna de acatamento. Ainda mesmo que o imperante não tivesse cometido outros erros, graves e serios, a só prisão dos bispos bastava e sobrava para provar a sua carencia de tacto politico e a falta de compreensão da independencia e do respeito que deve haver entre o podér témporal e o espiritual.

Tão aspero com o elemento pacifico, quanto timido, para não usar de termo mais conveniente, com os detentores da força material.

Assassinado Apulco de Castro, em pleno dia, sob as vistas da policia, toda a nossa população vibrou indignada e, ansiosa, esperou o castigo dos criminosos. Eram apontados como assassinos oficiaes do exercito, do 1º e do 10º batalhões de infantaria e do 1º de cavalaria. Com surpreza de todos, em vez de promover pronta e energica punição de homens que haviam maculado as paginas da nossa historia com um assassinio fria e cruelmente planejado e executado, fez o imperadôr uma visita á oficialidade do 1º regimento de cavalaria, onde se demorou em longa palestra com os seus oficiaes. No parlamento ouviu-se a voz de protesto de Andrade Figueira. Copio dos «Annaes» da Camara, os seguintes topicos do insuspeito «varão de Plutarco»:

"O Sr. Andrade Figueira — ... sinistro acontecimento de 25 de outubro, em que um cidadão procurou a policia para protegel-o e a vida, e, em vez da protecção que buscava, achou unicamente a recommendação do ministro da guerra e do gabinete — "Evite conflicto com o exercito".

"... S. M. foi visitar o regimento de cavallaria no dia seguinte áquelle em que os seus officiaes assassinaram um cidadão na rua e em frente da secretaria da policia.

"... ao mesmo tempo que o governo não teve a precisa

energia para proteger a vida do cidadão, ao mesmo tempo que não teve a energia necessaria para fazer respeitar as suas ordens pela officialidade do exercito brasileiro, elle trahiu a corôa, deixando atirar, no dia seguinte áquelle em que se commetteu esse grande attentado, a honra da mesma corôa aos pés da sedição militar.

"O ministerio trahiu a corôa permittindo que ella praticasse semelhante acto, que desdourou a dignidade nacional.

"O Sr. Prisco Paraiso (ministro da justiça). — A corôa é livre em suas acções.

"O Sr. Andrade Figueira — A corôa não tem a liberdade de vilipendiar a dignidade nacional, e o ministerio devia oppor-se e retirar-se, caso a corôa insistisse em praticar um acto que a desdourava.

"A corôa não devia visitar o regimento no dia seguinte áquelle em que os officiaes desse regimento tinham assassinado um cidadão em uma das ruas mais publicas do Rio de Janeiro, na rua em que se acham os tribunaes da justiça, e um cidadão que tinha ido procurar o apoio da policia.

"E' perfeitamente constitucional atacar esses actos desregrados de um governo que não pesou a sua diguidade, que arrastou-a na lama, deixando praticar um acto tal.

Em tempo e em logar adequados, tratarei da suposta magnanimidade do imperadôr, de seu espirito caridôso, de sua proteção ás artes e de sua dedicação á causa publica.

Não creio que um homem que possuia o celebre «livro negro» fosse dotado da menor dose de bondade. Discutirei, entretanto, esse assunto, em melhor ocasião.

Sabem todos os que se dedicam ao estudo da historia patria, que o imperadôr não consentiu que se desse resposta, ao pedido de paz, formulado por Lopez, após a batalha de 24 de Maio. Não se impressionou com as opiniões dos dois maiores generaes brasileiros do tempo — Caxias e Osorio. Consultados, respondeu o primeiro — «a inimigo que pede paz dá-se uma ponte de ouro», e o seguindo «o dia mais feliz de minha vida será aquele em que eu souber que as nações queimam os arsenaes, numa festa de confraternização» (Ciro de memoria). Ameaçou o imperadôr de abdicar e a guerra teve de proseguir, para só terminar com o assassinio de Lopez.

E' crivel que um homem, já não digo magnanimo, mas medianamente bom, fizesse questão de destruir um pôvo para matar um seu semelhante? Note se que eu, nesta hora, lanço sobre os ombros deD. Pedro sómente a culpa de não ter permitido a paz, porque verifico que, a tal respeito, não ha opiniões divergentes. Em meu livro, irei mais longe e demonstrarei que si houvesse no coração do monarca um pouco de amôr, ter-se-ia evitado a fratricida luta, proveniente do desejo que teve o imperadôr de ser arbitro da politica sul americana.

No dizer de João Ribeiro «o 2º reinado tratou de rehaver criminosamente a tradicção já esquecida no 1º, da supremacia militar e politica nos pequenos estados do Prata». Muita gente, pouco instruida no assunto, acredita que era o nosso papel bem visto pelo mundo, quando, ao contrario, eramos totalmente mal vistos. Vão aqui citadas palavras do catedratico de historia no Ginasio Nacional. «Essa teve um echo universal, e durante toda a guerra do Paraguay, onde julgavamos representar a civilização, entretanto, toda a civilização e o mundo todo só tinham sympathias pelos nossos inimigos». (João Ribeiro. Historia do Brasil. 5ª edição. Pags. 508). Com um chefe de governo levemente amador de seu proximo, ter-se-ia evitado o derramamento de tanto sangue, a pêrda de tanta vida preciosa e não se teriam coligados as tres mais prosperas nações da America do Sul para destruir o pequeno e heroico Paraguay.

Provas outras, multiplas e insofismaveis, da aridez do coração do monarca decaido, encontramos no exame da questão dos escravos.

Sempre qua a raça perseguida, ingenuamente, quiz abrigar-se sob o manto imperial, ai não encontrou corpo onde batesse um coração vivo, e teve a impressão de encostar-se numa estatua de marmore. O aniquilamento da escravidão, em todas as suas fazes, da abolição do trafico á lei de 13 de Maio, é obra exclusiva de nosso pôvo, com algum auxilio estrangeiro, notadamente dos inglêses que, na extincção do trafico, tiveram de intervir com os seus navios, os quaes fizeram cruzeiros em nossas

costas. Não houve colaboração dos imperantes que, ao contrario, pozeram toda a sorte de obstaculos á humanitaria e sacrosantissima cruzada. Ha, entre os que me ouvem, homens que assistiram á campanha da abolição e que, além de conhecerem-na, como testemunhas preenciaes que foram, conhecem-na de amplos estudos. Pois, desafio que me citem factos que demonstrem a colaboração de Pedro II na obra de redenção da raça negra.

Depois que a Junta emancipadôra francêsa lisongeou a vaidade do monarca e pediu o seu apoio á causa dos cativos, o imperadôr ambicionou para si o titulo de abolicionista e, uma vez por outra, consagrou ao assunto algumas palavras, como estas que veem na «Fala do trôno» de 1871: «Considerações de maior importancia aconselham que a reforma sobre o estado servil não continue a ser uma aspiração nacional indefinida e incerta». Ora, o chefe do governo nem sequer acompanhava o movimento abolicionista. Do contrario não diria «aspiração indefinida e incerta». Em 1825 surgiu um programa definido de abolição e desde essa data, abolir a escravidão foi uma declarada e nitida aspiração nacional, que se satisfez em 13 de Maio.

Mas, ainda mesmo que o imperadôr, habituado, como retorico que era, a formular pensamentos que não eram seus e sentimentos que não tinha, houvesse mandado ao Congresso outras mensagens relativas ao elemento servil, e, depois de 70 falasse muito em abolição, é facto positivo que ele sempre amparou os escravagistas e até procurou empregar a força publica no mistér de prender escravos fugidos e que, dentro de seus recursos, procurou impedir que a abolição se consumasse. E' sabido que a corôa influia na Camara muito mais do que pode influir hoje um presidente recêm empossado. Si Pedro II mostrasse desejos nitidos que a abolição se fizesse, ou, pelo menos, se não se manifestasse completamente contrario a ela, não teriamos nós a infelicidade de ter escravos, quando já se abriam as portas do seculo 20.

Fosse o imperadôr apenas indiferente á campanha,

e muito mais cêdo teria raiado o mais glorioso de todos os dias de nossa historia, o em que se declarou extinta a escravidão.

Não examinarei, por agora, a falada proteção que o monarca concedia ás artes. Sou dos que crêm que as artes dispensam a proteção de governos. Arte oficialmente protejida, é arte comprimida, é artista subordinado. Facilitasse o governo o ressurto da plena liberdade, material e espiritual, não creasse obstaculos á execução de projectos liberaes, como o da extinção do cativeiro, da instituição do casamento civil, secularização de cemiterios, liberdade de cultos, liberdade de ensino, etc..., que a civilização por aqui se estenderia e, como consequencia, desenvolver-se-iam todas as artes, belas e praticas, encarregando-se os particulares de auxiliar os artistas dignos do nome.

Dizem que era o imperadôr muito esmolér, o que, meu vêr, não é titulo de benemerencia para um chefe de estado. Para os proprios particulares, em muitas circumstancias, é antes máu titulo que bom. E' de mistér que a esmola seja subministrada consoante as posses de quem a dá e destribuida com um caridôso criterio de escôlha. Dada a tôrto e a direito será antes nociva que util e, em muito caso, alimentará a ociosidade, com prejuizo da nação, que se priva de trabalhadôres.

Dou-me com um cidadão que se formou em direito, a custa do imperadôr e sei que ha muitissimos outros que dele receberam igual favôr. Pode isso, quando muito, constituir motivo para que os privilegiados e beneficiados sejam agradecidos a D. Pedro. E' liquido, porém, que não constitue para o monarca titulo que lhe assegure o direito á gratidão geral.

Teve sempre o imperadôr, no governo, o concurso leal e inteligente de uma pleiade de homens valorosos e dedicados. Mas, ainda assim, devido ás suas ruins qualidades hereditarias, á infelicidade de ter sido criado sem mãe, e de não ter recebido, por condições peculiares de seu coração, o influxo benefico e indispensavel de

uma espôza, deu mofino cidadão, fez governo mau e a causa publica andou como barco sem véla e sem lême, á mercê dos ventos e das marés. O pouco progresso que fizemos, deve ser atribuido ao espirito do tempo, á iniciativa particular, que logrou vencer a pressão imperial. Compare-se o que se fez em todo o 2º reinado, com os progressos de outros povos do mesmo tempo e ha de vêr-se que quasi não caminhamos. Coteje-se todo o progresso do 2º reinado com o que tem feito a Republica e ha de vêr-se que o saldo, em favôr desta, é muito avultado.

Mas, é cêdo para que se julgue definitivamente o monarca; ainda vivem cidadãos que foram por ele beneficiados, como vivem outros que foram asperamente perseguidos.

O que acabo de dizer, como tanta cousa que por ai se diz, embora tenha a fórma de julgamento, não passa de alegação e citação de factos e a posteridade, que não se engana e se não guia por louvôres ou por invectivas, fará a devida justiça.

Serão recolhidos e pesados todos os depoimentos e se me afigura que os juizes futuros tomarão em grande conta o testemunho do proprio monarca que, quasi na hora da morte, deu á historia a impressão, em sintese, de seu longo reinado: «Levei meio seculo a carregar maus governos», foram as suas ultimas palavras.

Nota. Na forma do costume, o Snr. Director cumpriu o seu devêr e, não obstante discordar do oradôr, procurou assegurar-lhe o direito de se manifestar.

JM

010752